

# Lutas, artes marciais e esportes de combate do Brasil: Análise e panorama de modalidades marciais brasileiras

Fights, martial arts and combat sports of Brazil: analysis and landscape of brazilian martial modalities

Rafael Carvalho da Silva Mocarzel<sup>1</sup>, Mariana Simões Pimentel Gomes<sup>2</sup>, Luiz Gustavo Bonatto Rufino<sup>3</sup>

**Como citar esse artigo.** MOCARZEL, R. C. S. GOMES, M. S. P. RUFINO, L. G. B. Lutas, artes marciais e esportes de combate do Brasil: Análise e panorama de modalidades marciais brasileiras. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 15, n. 1, Edição Especial, p. 12-24, jan./abr. 2024.

## Resumo

As lutas, artes marciais e esportes de combate (LAMEC) são práticas corporais socialmente relevantes e estão relacionadas com seus contextos de origem. Dessa forma, é necessário compreender em que medida tais práticas engendram relações com a cultura brasileira. Para isso, objetivou-se apresentar e analisar o panorama histórico e as principais representações sociais e culturais de seis LAMEC popularmente tidas como brasileiras, buscando compreender suas principais características, especificidades e traços de identidade e significação. Por meio de um ensaio teórico, analisou-se especificamente as seguintes práticas: Asamco, Capoeira, Huka-Huka, Jiu-Jitsu Brasileiro, Kombato e a Luta Marajoara. Com base nas análises, conclui-se que a ampliação do respaldo bibliográfico sobre tais LAMEC, muitas das quais ainda são vistas como conhecimentos táticos, pode contribuir com seus processos de desenvolvimento, possibilitando maior fundamentação acerca de suas relações com a cultura brasileira.

**Palavras-chave:** Práticas marciais; Práticas corporais brasileiras; História do esporte; Esporte e cultura; Sociologia do esporte.



## Abstract

fights, martial arts and combat sports (LAMEC) are socially relevant bodily practices and are related to their contexts of origin. Therefore, it is necessary to understand the extent to which such practices engender relationships with Brazilian culture. To this end, the aim was to present and analyze the historical panorama and the main social and cultural representations of six LAMEC popularly considered Brazilian, searching for their main characteristics, specificities and traits of identity and significance. Through a theoretical essay, we specifically analyzed the following practices: Asamco, Brazilian Jiu-Jitsu, Capoeira, Huka-Huka, Kombato and Luta Marajoara. Based on the analyses, it is concluded that the expansion of bibliographical support on such LAMEC, many of which are still seen as tactical knowledge, can contribute to their development processes, enabling greater foundations regarding their relations with Brazilian culture.

**Keywords:** Martial practices; Brazilian body practices; Sports history; Sport and culture; Sociology of sport.

**Nota da Editora.** Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

## Introdução

O universo marcial abrange as práticas corporais que compõem a cultura corporal de movimento, representadas e popularmente nomeadas como lutas, artes marciais e esportes de combate – Não foi a perspectiva deste estudo discutir as diferenciações terminológicas relativas ao universo marcial. Para aprofundamento na temática sugerimos o trabalho de Mocarzel, Queirós e Lacerda (2019) (MOCARZEL, 2021; CORREIA; FRANCHINI, 2010; DEL VECCHIO; FRANCHINI, 2006). Historicamente, muitas dessas práticas possuem origem em tempos antigos, perfazendo uma compleição milenar, perpassando e se perpetuando em diferentes momentos da história humana. Nesse sentido, tais práticas acabam por se

Afiliação dos autores:

<sup>1</sup>Doutor em Ciências do Desporto. Professor Doutor do Departamento de Educação Física, Universidade de Vassouras – Univassouras, Maricá, Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>2</sup>Doutora em Educação Física. Professora Doutora do Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada (DEAFA), Faculdade de Educação Física – FEF, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, São Paulo, Brasil.

<sup>3</sup>Doutor em Ciências da Motricidade. Professor Doutor do Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada (DEAFA), Faculdade de Educação Física – FEF, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, São Paulo, Brasil.

Email de correspondência: [professormocarzel@gmail.com](mailto:professormocarzel@gmail.com)

Recebido em: 06/12/2023. Aceito em: 21/05/2024.

constituir ao espírito de “*zeitgeist*”, expressão alemã que significa “espírito de época” (MURAD, 2009).

As LAMEC possuem ainda profunda representatividade histórica e sociocultural em diversos povos e culturas mundo afora, sendo inclusive práticas que são símbolos do *ethos* de várias sociedades (MOCARZEL, 2016; MENDONÇA; ANTUNES, 2012; AHN; HONG; PARK, 2009). Quando a atenção é convergida ao Brasil, a temática se destaca, pois o país é mundialmente reconhecido como um celeiro de grandes estudiosos e praticantes que colaboram na difusão das LAMEC em sua natureza multifacetada (MIRANDA, 2012; TUBINO *et al.*, 2007).

Segundo Rufino, Oliveira e Rinaldi (2022), o Brasil é um país que apresenta forte tradição e relação com diversas práticas de luta. Desde práticas oriundas das gêneses de povos indígenas, até aquelas que foram em certa medida trazidas ao país por meio de diferentes processos de imigração, bem como de escravidão, houve inúmeras formas de constituição das práticas de LAMEC que possibilitaram a constituição de fenômenos cuja identidade com o contexto brasileiro deve ser considerada e compreendida. Nesse sentido, segundo os autores:

Enfim, fica evidente por essa breve apresentação que as lutas fazem parte da constituição histórica e cultural do Brasil. Sendo assim, elas tornaram-se parte integrante do repertório de manifestações ligadas à cultura corporal de movimento do país, apresentando importância histórica e social. Ainda, destaca-se que além dos envolvidos com as modalidades de luta como praticantes, muitas pessoas as acompanham como expectadores e/ou interessadas, viabilizando um amplo número de envolvidos direta ou indiretamente com essas práticas corporais (RUFINO; OLIVEIRA; RINALDI, 2022, p. 44-45).

Outrossim, de maneira mais específica sobre as LAMEC pontuadas como brasileiras, é possível destacar seis práticas (expostas a seguir em ordem alfabética): Asamco, Capoeira, Huka-Huka, Jiu-Jitsu Brasileiro, Kombato e a Luta Marajoara (MOCARZEL; COLUMA, 2020). Importante salientar que se entende que nem todas são originárias do Brasil, contudo, sob uma ótica histórica e sociológica, tais práticas tiveram inserção no país, integrando progressivamente a cultura de comunidades brasileiras e por sua vez sofreram transformações significativas, ganhando um formato bem singular e peculiar quando comparado a sua estrutura original estrangeira.

De maneira geral, essas práticas ainda precisam ganhar maior visibilidade e reconhecimento mesmo dentro do Brasil, algo que paulatinamente vem ocorrendo, com o sutil aumento de reportagens e produções científicas sobre o assunto. Como exemplo de tal afirmação, apresenta-se o título do estudo de Santos *et al.* (2021, p. 2) que expõe de maneira clara tal situação: “Conheço bem mais uma arte do outro lado do mundo que uma aqui do outro lado do rio”. Uma importante vitória sobre esse ponto foi a inclusão das temáticas “Lutas do contexto comunitário e regional”, “Lutas de matriz indígena e africana” e “Lutas do Brasil” (além das tradicionais temáticas “Lutas do mundo” e “Esportes de combate”) na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), um recente documento curricular que busca orientar as temáticas a serem seguidas no ensino escolar de todas as disciplinas tuteladas no país – incluindo a Educação Física (FERREIRA *et al.*, 2021; LOPES *et al.*, 2021; PAIVA *et al.*, 2021).

Cada uma das práticas de LAMEC supracitadas apresenta intrínseca relação com a cultura brasileira, por meio de diferentes processos constitutivos e identitários. Com base nesse encaminhamento, tendo como foco a necessidade de aprofundamento sobre como tematizar as práticas marciais do Brasil e de seus contextos comunitários e regionais, bem como aquelas de matriz indígena e africana (RUFINO, 2022), torna-se fundamental compreender de que forma tais práticas foram sendo engendradas em meio à processos constitutivos que, embora únicos do ponto de vista de sua identidade e características, ao mesmo tempo, apresentam interfaces semelhantes com a cultura e os enlaces advindos do contexto brasileiro em sua gênese.

Nesse encaminhamento, embora as práticas de LAMEC fortemente enraizadas com a cultura do Brasil

estarem atualmente presentes em determinados contextos de prática, reflexão e intervenção, é ainda pouco alvo de análise a forma com que tais práticas corporais tornaram-se imbricadas com a realidade brasileira. Além disso, informações sobre elas, muitas vezes são apresentadas de forma esporádica e focalizadas em uma ou outra modalidade em específico separadamente. Agregar informações sobre parte dessas modalidades, ainda que ponderando suas especificidades e características, pode contribuir com uma visão mais ampla ao fenômeno de representações denominados na contemporaneidade de “lutas do Brasil<sup>17</sup>”, tal como preconizado pelos documentos institucionais atuais, nominalmente a BNCC (BRASIL, 2018).

Sendo assim, este estudo tem como objetivo geral apresentar e analisar o panorama histórico e as principais representações sociais e culturais de seis LAMEC popularmente tidas como brasileiras, buscando compreender suas principais características, especificidades e traços de identidade e significação. Como objetivos específicos, almeja-se trazer luz aos seus peculiares aspectos históricos, socioculturais e técnicos. Este estudo se faz relevante no intuito de proporcionar maior quantidade de material acadêmico sobre LAMEC que em muitos casos não possuem massivo respaldo bibliográfico e ainda são vistas apenas como conhecimentos tácitos e, em alguns casos, pouco presentes em certos contextos de intervenção, tais como a escola, por exemplo. Além disso, eleva-se também a proposta de valorização da cultura marcial brasileira, já anteriormente pontuada como importante núcleo internacional dos estudos e práticas de LAMEC, todavia, possuidora de poucas pesquisas e materiais acadêmicos sobre suas LAMEC nacionais.

## Métodos

Com base nos objetivos preconizados pelo manuscrito, decidiu-se estruturar este estudo no formato de um ensaio acadêmico. Tal decisão repousa na égide que algumas LAMEC brasileiras ainda não possuem significativo arcabouço teórico acadêmico (como livros, artigos e pesquisas pós-graduais), perpassando, muitas vezes, processos de registros pouco sistematizados. De fato, muitas dessas práticas têm como suas principais fontes informativas as transmissões orais e narrativas de experiências empíricas (fora de moldes acadêmicos adequados; importante dizer). Nessa guisa, a opção do formato de ensaio acadêmico parece ser propícia e adequada, já que segundo Severino (2000, p. 153):

No ensaio há maior liberdade por parte do autor, no sentido de defender determinada posição sem que tenha de se apoiar no rigoroso e objetivo aparato de documentação empírica e bibliográfica, como acontecia nos tipos anteriores de trabalho. Às vezes, são encontradas teses, sobretudo de livre-docência e mesmo de doutorado, com características de ensaio que são bem aceitas devido a seu rigor e a maturidade do autor. De fato, o ensaio não dispensa o rigor lógico e a coerência de argumentação e por isso mesmo exige grande informação cultural e muita maturidade intelectual.

Somando-se a isso, buscou-se realizar um levantamento de materiais que por sua vez contemplam dados relevantes de natureza histórica, informações socioculturais e aspectos técnico-desportivos das LAMEC brasileiras aqui analisadas e relatadas. Muitas vezes tais informações são encontradas em textos dispersos e materiais que necessitam de curadoria e análise crítica dentro de cada uma das modalidades investigadas.

Como delimitação desta pesquisa, foi decidido manter atenção apenas às LAMEC que tivessem algum respaldo acadêmico que comprovasse sua originalidade em seus aspectos históricos, técnicos e desportivos. Por isso, valorizam-se as fontes primárias. Nessa guisa, é possível que haja outras LAMEC nacionais. Todavia, ao que tange os crivos de delimitação aqui estabelecidos, apenas seis foram destacadas.

Como exemplo disso, citam-se três casos peculiares que foram excluídos. O primeiro se perfaz em uma LAMEC chamada de Esgrima Crioula, também conhecida como Tarracá ou Esgrima Gaúcha. Trata-se

de uma prática armada que manuseia lâminas (facas e facões), difundida na região sul do Brasil (mais especificamente na região dos pampas no estado do Rio Grande do Sul – RS), assim como na Argentina e Uruguai. Apenas foi encontrado um estudo que somente cita a existência de tal prática, sem descrever qualquer detalhamento (EVARISTO, 2020), de modo que a desconsideramos do escopo de modalidades dentro do recorte estabelecido.

O segundo caso é a Luta Livre Esportiva, também chamada de Luta Livre Brasileira ou ainda de *Submission*. No *site* da Confederação Brasileira de Luta Livre Esportiva (CBLLE, 2022) é afirmado que tal prática foi estruturada no início do século XX por Euclides Hatem (conhecido pela alcunha de Mestre Tatu) na cidade do Rio de Janeiro, tecendo uma amálgama de técnicas oriundas de outras modalidades, tais como *Wrestling*, Judô e Jiu-Jitsu. Logo, a mesma se configura como uma prática de agarre e chaves. Além do *site* da respectiva Confederação, foram achados somente dois estudos que citam dados sobre a modalidade (GARCIA *et al.*, 2016; AMARAL, 2014). Como aparentemente a modalidade se configura como uma compilação de técnicas de outras práticas (assim talvez como o *Mix Martial Arts* – MMA) decidiu-se então não a incluir nesse momento.

Por fim, expõe-se o caso de outras LAMEC de natureza indígena do Brasil. Na obra de Pereira e Souza (2021) são apresentados outros nomes de lutas indígenas brasileiras, como: Idajassú, Aipenkuit, Kapi, Otaarünü, Luta dos meninos Xavantes e Luta do Maracá. Contudo, Paiva e Alberti (2021) esclarecem que são práticas variantes da Huka-Huka ou mesmo a prática em si, mas com nomenclaturas diferentes, pois as várias etnias indígenas possuem também distintos troncos linguísticos, logo termos diferentes para a mesma coisa são comuns. Por conta do conjunto de dados oriundos do Huka-Huka ser atualmente mais consolidado em comparação às demais práticas de povos indígenas, optamos por manter apenas ela.

## Resultados e discussão

Para melhor compreensão dos dados e uma apresentação do panorama de análise preconizado, cada modalidade será descrita separadamente a seguir.

### Sobre o Asamco

A modalidade Asamco se originou no ano de 1987 (TUBINO *et al.*, 2007). Seu nome se faz peculiar, pois na verdade representa uma sigla em idioma português para “Associação Santamariense de Artes Marciais de Contato” (MOCARZEL; COLUMÁ, 2020, p. 85). Esse era o nome da entidade jurídica que foi criada naquela época com o intuito de difusão de algumas LAMEC. Esclarece-se que o termo “Santamariense” remete ao local de origem, mais especificamente a cidade de Santa Maria no interior do estado do Rio Grande do Sul (RS), extremo sul do Brasil. Posteriormente, o nome da entidade mudou apenas para “Associação de Arte Marcial de Contato” (TUBINO *et al.*, 2007, p. 320).

O criador da modalidade se chama Roberto Nochang Carneiro que hoje ostenta a titulação de “Supremo Guru Asamco” (BOWEN, 2020). Nos anos de 1980, dentro das dependências do 29º Batalhão de Infantaria Blindado em Santa Maria – RS, foi-lhe solicitado ministrar aulas de LAMEC aos seus colegas militares. Ao aceitar o convite, Nochang observou a necessidade de realizar diversas adaptações metodológicas e didático-pedagógicas para atender aos objetivos de um alunado exclusivamente militar. Com o sucesso da empreitada, seus colegas lhe pediram para que fosse autorizado a ministrar aulas para seus parentes, ato que foi concedido. Na primeira década, Nochang ministrou uma amálgama de técnicas marciais, aprendidas de suas experiências com a prática Savate, Full Contact, Karatê, Tang Soo Do, Kempo e Hapkido. Contudo, em 1995, decidiu em conjunto com seus principais alunos instituir de maneira oficial a criação de um novo sistema de LAMEC original e assim funda o sistema marcial Asamco e também a Federação Gaúcha do estilo Asamco de Arte Marcial (MOCARZEL; COLUMÁ, 2020).

Suas técnicas marciais envolvem práticas de percussões, agarres, chaves e manuseio de armas

brancas. Já na vertente desportivo-competitiva, existem as categorias de combate (com e sem queda) e as formas (chamadas de fórmulas). Todas as ações tanto marciais quanto desportivo-competitivas que contemplam o Asamco estão sob a autoridade da World Asamco Federation (ASAMCO, 2020).

## Sobre a Capoeira

Possivelmente, a Capoeira é uma das práticas cuja identidade mais se aproxima da cultura e do contexto brasileiro em um sentido *lato*. Reconhecida como patrimônio cultural imaterial brasileiro, a Capoeira, por meio de sua gestualidade embutida de inúmeros significados, expressa “a voz do oprimido na sua relação com o opressor”. Embora hoje desportivizada em alguns contextos, seus gestos, danças, músicas, entre outras manifestações, significaram a busca do negro por sua liberdade, a saudade da terra que foram arrancados para serem escravizados e produzirem riquezas sob diversas repressões (SOARES *et al.*, 1992).

Em sua gênese, a Capoeira apresenta inúmeras formas de compreensão. Embora haja divergências de dados históricos consistentes, a tese atual mais defendida é que a Capoeira é uma prática corporal eminentemente originária em território brasileiro, pelos povos escravizados que chegaram no país ao longo de mais de 300 anos de escravização. Segundo Rego (1968, p. 31): “no caso da Capoeira, tudo leva a crer que seja uma invenção dos africanos no Brasil, desenvolvida por seus descendentes afro-brasileiros”. Dessa forma, enquanto prática corporal, pode-se inferir que a Capoeira é uma manifestação criada por africanos no Brasil e o desenvolvimento de suas características lhe possibilitou uma identidade própria, única, diferente de outras manifestações africanas, embora as influências sejam inúmeras a exemplo dos ritmos e instrumentos que acabaram sendo desenvolvidos e absorvidos em parte por essa prática corporal.

A trajetória da Capoeira no nosso país é marcada por momentos de lutas, sofrimentos, perseguições, perseverança e resistência dos povos africanos trazidos para o trabalho escravo. Criada no Brasil, a Capoeira surgiu a partir de um conjunto imbricado de ações que envolveram tanto elementos de contestação social devido à escravidão, quanto de celebrações e comemorações baseadas em ritmos, danças e tradições advindas de alguns países da África. Também fez parte dessa construção o resgate da cultura africana através de algumas brincadeiras e competições trazidas em suas lembranças (FALCÃO, 2010). Pessoas advindas de países africanos em condição de escravidão criaram a Capoeira com o objetivo de se defenderem e fugirem das péssimas condições que passavam diariamente, utilizando seu corpo como arma. Essa motivação se dava por jornadas de trabalho exaustivas, má alimentação, torturas, péssimas condições das moradias (senzalas), castigos severos, tanto psicológicos quanto físicos.

Os escravos tinham maneiras de aperfeiçoar essa luta, praticando-a. Contudo, caso fossem pegos durante essas práticas, o castigo era certo. Então, eles introduziram a música e as palmas, camuflando a luta e a periculosidade que a Capoeira apresentava. Em formato de brincadeira, dança e diversão, a Capoeira foi sendo praticada e melhorada em toda oportunidade de descanso do trabalho ou mesmo a pedido dos “senhores” que exigiam que os escravos os mantivessem entretidos. Outras vezes, praticavam na senzala quando todos dormiam (AREIAS, 1983).

A Capoeira é repleta de significações socioculturais, possuindo um vasto patrimônio cultural que deve ser conhecido, valorizado pelo seu universo multifacetado como afirma Falcão (2010), contribuindo também para a adoção de uma postura não preconceituosa e discriminatória diante das manifestações e expressões dos diferentes grupos étnicos e sociais e às pessoas que deles fazem parte. Compõe sua construção elementos advindos da historicidade (presente nos cânticos e na preservação da memória), na gestualidade específica (ginga, movimentos de ataque e defesa, floreios etc.), musicalidade (canto, instrumentos, palmas etc.), jogo propriamente dito e linguagem corporal.

A Capoeira foi gradualmente transformada ao longo dos anos, assumindo a forma de uma prática cultural e de uma LAMEC sistematizada, especialmente graças à influência de dois renomados mestres baianos: Mestre Bimba, responsável pelo desenvolvimento da Capoeira Regional, e Mestre Pastinha,

reconhecido por sua contribuição para a Capoeira Angola. Além disso, alguns autores apresentam a Capoeira contemporânea, inclusive com viés mais competitivo como uma das formas de manifestação dessa prática corporal.

## Sobre o Huka-Huka

A Huka-Huka é uma LAMEC brasileira que historicamente recebeu menos influência de outros contextos estrangeiros, por ter sua gênese e constituição ligada a grupos indígenas brasileiros ao longo de sua história e constituição (MOCARZEL; COLUMÁ, 2020). Lamentavelmente, aparenta ser uma prática mais afastada da sociedade brasileira em geral (população não indígena), o que por sua vez, colabora que a mesma figure em segundo plano (PEREIRA; SOUZA, 2021a).

Essa LAMEC é praticada e difundida de maneira intergrupala pelos povos indígenas moradores de regiões centrais do país, principalmente do Parque Indígena do Xingu, localizado no estado de Mato Grosso / MT (COSTA, 2013). Apesar de ser mais conhecida como Huka-Huka, pode ser chamada por Uka-Uka ou Ikindene (PEREIRA; SOUZA, 2021b). Relatos indígenas afirmam que o nome Huka-Huka faz analogia ao som do rugido da onça (VALENTE *et al.*, 2022; MOCARZEL; COLUMÁ, 2020). Possui um profundo viés ritualístico, ganhando ainda mais repercussão durante a famosa festividade “Kuarup” (ou “Quarup”), evento festivo em homenagem aos mortos (FERREIRA, 2007).

Embora o luto inicie após o falecimento do morto, ocorrendo sucessão de rituais, a fase cerimonial relevante para este trabalho é a etapa final, isto é, a que demarca o término do luto. Pois, especificamente no último dia, encerrando todo ciclo-ritual, ocorrem as disputas masculinas interétnicas de lutas, denominadas pelos não indígenas de “Huka-Huka” (PAIVA; ALBERTI, 2021, p. 65).

De acordo com Miarka e Silva (2022), a prática de Huka-Huka se destacou ao longo do tempo não só por ser instrumentalizada para formação cultural e educacional de povos do Xingu, mas por perfazer o principal evento competitivo que ocorre durante o ritual Kuarup, realizado em homenagem aos mortos ilustres e que está ligado às concepções filosóficas e religiosas dos povos daquela região. Ainda segundo os autores, a elevada diversidade integrada à prática de Huka-Huka requer estudar aspectos multidisciplinares e multiétnicos para contribuir com os conteúdos didático-pedagógicos.

Indicações atuais salientam que a prática do Huka-Huka hoje se perfaz como de natureza mais cultural e mesmo desportiva, não sendo objetivamente voltada para a guerra (COSTA, 2022; 2013). É dito por Tubino *et al.* (2007) que as mulheres também praticam a modalidade, contudo, elas realizam tais práticas em uma outra festividade chamada “Yamarikumã”, para além da prática de luta ter menor importância social para elas na comunidade indígena. Segundo Valente *et al.* (2022, p. 3), a Huka-Huka é praticada por índios de “(...) diversas etnias, tais como: Bakairi, Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nafukuá, Naruvôtu, Waurá e Yawalapiti”.

Já ao que tange sua vertente técnica e desportiva, os participantes chamados de guerreiros, escolhem-se para digladiar e começam a se mover em círculo até que se agarram (em muitos casos já ajoelhados). Segundo Paiva *et al.* (2021, p. 62), existem cinco formas de vencer o duelo:

- 1) projeção do adversário, de costas ao solo; 2) projeção, de frente ao solo; 3) tocar com a(s) mão(s) na parte posterior da(s) coxa(s) do oponente, na altura dos joelhos e permanecer ao menos 3 segundos; 4) alcançar as costas do opositor e dominá-lo com braços envoltos a seu corpo (“abraço”); 5) suspender o adversário do solo, demonstrando espaçamento entre os pés e o solo onde ocorre a luta.

Dessa forma, trata-se de uma prática corporal fortemente atrelada à cultura brasileira, sobretudo por meio do resgate cultural proveniente de povos indígenas que apresentam vinculação com a manifestação

corporal do Huka-Huka por meio de diferentes sentidos e significados.

## Sobre o Jiu Jitsu Brasileiro

O Jiu Jitsu Brasileiro (ou JJB) é uma modalidade de luta corpo a corpo, desenvolvida na curta distância (GOMES, 2023), cuja ação predominante se dá por meio do agarre (*grappling* e suas variações). Nesse sentido, essa prática corporal, de origens asiáticas, porém fortemente relacionada com a cultura brasileira, apresenta uma história rica e diversificada. Ressalta-se também que esta modalidade, ao menos em seu caráter esportivo, encontra-se ainda em constante evolução, em virtude de sua plasticidade, com novos golpes sendo criados e adaptados, ao mesmo tempo que busca fortalecer a profissionalização de seus praticantes e atletas.

Embora historicamente exista o Ju Jutsu<sup>2</sup> japonês, a atual modalidade foi forjada e desenvolvida no Brasil e apresenta intrínseca relação com a cultura brasileira. A partir de processos imigratórios japoneses, alguns mestres, especialistas em Judô, vieram ao Brasil. Particularmente um personagem ganha representatividade: Mitsuyo Maeda, também denominado de Conde Koma. De acordo com Gracie e Gracie (2003), Maeda havia sido um praticante do Jiu Jitsu clássico japonês e depois foi um assíduo praticante de Judô com Jigoro Kano. Ele foi um dos escolhidos para viajar pelo mundo propagando os ensinamentos dessa nova modalidade. E assim o fez, tendo viajado por inúmeros países, propondo diversos desafios, no qual as tradições orais afirmam que ele tenha ganhado a grande maioria destes.

Maeda, no entanto, se intitulava praticante de Jiu Jitsu, uma vez ser afeito a desafios que não eram muito aceitos pela doutrina do Judô de Jigoro Kano. Awi (2012, p. 28) afirma que ele preferiu manter o termo original do Jiu Jitsu não somente por uma questão semântica, uma vez que “ele defendia o ensino das técnicas de combate do Ju Jutsu, e não apenas a versão esportiva desenvolvida por Kano”. Podemos especular que, ao defender desafios variados ao redor do mundo, Maeda se distanciou da filosofia preconizada por Kano, de forma que tenha preferido se denominar como um lutador de Ju Jutsu (ou Jiu Jitsu).

Maeda, após viajar por inúmeros países e ter feito uma série de lutas para demonstrar sua superioridade, chegou ao Brasil em meados da década de 1910, tendo fixado residência na cidade de Belém, estado do Pará (GRACIE, 2008). Dessa forma, criou-se uma relação entre Maeda e a família Gracie, sobretudo por meio do ensino a Carlos Gracie, embora não seja possível precisar de que forma e por quanto tempo isso aconteceu.

A partir desse momento, podemos considerar que houve uma ruptura histórica entre o Jiu Jitsu clássico japonês (bem como o Judô) e a atual modalidade, o Jiu Jitsu Brasileiro. Essa transformação se dá, entre outras coisas, devido à figura central estabelecida pela família Gracie, os maiores difusores do atual Jiu Jitsu, cuja importância é fundamental no entendimento da ramificação e do desenvolvimento da atual forma de se compreender e praticar essa modalidade. Nesse sentido, foi no seio da cultura brasileira que o Jiu Jitsu foi se forjando, inicialmente como prática de defesa pessoal e, posteriormente, como modalidade esportiva que se utilizou de inúmeros desafios à outras práticas marciais para se tornar popular e conhecida ao redor do mundo. A seguir, compreenderemos de forma mais clara a forte relação dessa modalidade com o Brasil.

Assim, pode-se afirmar que o Jiu Jitsu apresenta forte relação com a cultura brasileira. Carlos Gracie teve aulas com Mitsuyo Maeda em Belém, antes de se mudar para o Rio de Janeiro, na época capital federal. Nesta cidade, juntamente com outros irmãos, a exemplo de Hélio, passou a estudar a lógica do poder de alavancas e do sistema de luta no chão, particularmente com uso de guarda pelas pernas, de modo a estruturar uma modalidade que foi sendo desenvolvida e ampliada com o passar do tempo.

Sendo assim, primeiramente as técnicas, movimentos e golpes do Jiu Jitsu eram desenvolvidos e aperfeiçoados pelos membros da família Gracie passando, posteriormente, aos seus alunos mais próximos.

2 Ju Jutsu se refere ao nome Jiu Jitsu em japonês e significa em ambos os casos "arte ou método suave", a diferença na grafia se dá pela pronúncia das palavras em português (BORGES, 2011)

Com o passar do tempo, ao formarem cada vez mais praticantes e adeptos da modalidade, criaram uma reputação de praticantes e bons lutadores, vencedores de combates importantes que transformaram a forma como popularmente eram desenvolvidas as lutas corpo a corpo (GRACIE, 2007).

Embora a história do Jiu Jitsu Brasileiro costumeiramente seja narrada pelos registros da família Gracie, é crucial considerar que outras famílias também contribuíram significativamente para as transformações das técnicas que culminaram no desenvolvimento do Jiu Jitsu Brasileiro e tiveram conexões com o Conde Koma. Um exemplo notável é a família Fadda: Luiz França, aluno direto do Conde Koma, transmitiu as técnicas da arte marcial para Oswaldo Fadda, o qual desempenhou um papel crucial na propagação dessas técnicas no subúrbio do Rio de Janeiro (FERREIRA, 2016; OLIVEIRA, 2023).

## Sobre o Kombato

A LAMEC conhecida como Kombato foi criada e estruturada no ano de 1988 na cidade do Rio de Janeiro por seu fundador Paulo Albuquerque Jr. (MOCARZEL; COLUMÁ, 2020). Seu nome tem correspondência com a expressão “combate total”. O uso da letra K na nomenclatura se faz como referência às diversas outras LAMEC que foram praticadas por seu fundador (tais como Kung-Fu, Karate, Ai Ki Do, Kali, KravMagá, Kendô e Kempô). Logo, deu-se assim a nomenclatura Kombato.

O desenvolvimento do Kombato se deu preconizando ser um sistema que abarca a cultura brasileira como palco de cenários de agressão e violência, onde todos deveriam saber o que fazer e como agir. Seguindo esse pensamento, práticas estrangeiras podem ser consideradas muito boas de maneira geral, contudo, podem não atender em plenitude a cultura brasileira, pois se constituíram em culturas, comportamentos e hábitos distintos da população brasileira (ALBUQUERQUE, 2001).

Para tal, a prática foi estruturada para o cidadão civil, para o agente policial, para o agente militar e ainda para o agente de segurança privada, por isso, seus difusores divulgam tal LAMEC como uma ciência da proteção. Nas palavras do fundador Paulo Albuquerque Jr. (2015, p. 183):

O Kombato é um Sistema Organizado de Sobrevivência, uma ciência de proteção, um conjunto de técnicas e táticas voltadas para a realidade da violência urbana brasileira dos dias atuais, fundamentado em uma metodologia própria de segurança, desenvolvida para que os praticantes tenham condições de se defender e evitar possíveis agressões que possam vir a ser sofridas durante o dia-a-dia, estendendo, ainda, esta segurança para a própria família, através de treinamentos e instruções especiais.

Suas técnicas marciais envolvem práticas de percussões, agarres, chaves e manuseio de armas brancas. Não possui qualquer vertente desportivo-competitiva. O objetivo da prática é sempre direcionado à autodefesa. Busca utilizar ainda diversos fatores de estudos de segurança, como leitura corporal, negociação, análise de risco, dentre outros tópicos. Todas as ações dessa LAMEC são regidas pela Kombato. Org.

## Sobre a Luta Marajoara

A Luta Marajoara (ou Agarrada Marajoara) é uma prática que é difundida em um viés comunitário nos municípios que compõem a Ilha de Marajó, no estado do Pará / PA, extremo norte do país (TUBINO; TUBINO; GARRIDO, 2007). Segundo Mocarzel e Columá (2020), a prática dessa LAMEC é inspirada na observação dos embates de búfalos que habitam a ilha, mais provavelmente nos municípios de Cachoeira do Arari e Santa Cruz do Arari, influenciando ainda os municípios de Salvaterra, Chaves e principalmente Soure. Sabe-se que a partir de tal observação de cunho recreativo entre os homens, pouco tempo depois estavam à beira dos poços, rios e praias praticando movimentos miméticos que faziam alusão aos embates



observados (ENGELHARD NETO; ABRAHIN; MOCARZEL, 2021).

Segundo Assis *et al.* (2011), a LAMEC Agarrada Marajoara é praticada quase que na sua totalidade por vaqueiros do campo marajoara. Não obstante, complementam ainda que a prática não possui registros fiéis sobre sua origem, pensamento esse também exposto por Antunes e Campos (2021). Ao que indicam Santos e Freitas (2018), a Agarrada Marajoara foi resultado de uma criação popular por meio de uma amálgama de práticas de diversos povos que transitavam pela região, dentre caboclos, índios e marinheiros diversos. Indo além, Santos *et al.* (2020, p. 3) destacam que:

A Luta Marajoara resulta do encadeamento de criação e recriação de elementos socioculturais por negros africanos e índios, mediante o entrelaçamento de suas experiências e saberes ocorridos em solos marajoaras. Difundiou-se de geração em geração durante a história dessa região expressando tradição, criação e presença até os tempos mais atuais no Marajó.

Sobre sua nomenclatura (Agarrada Marajoara), Mocarzel e Columá (2020) esclarecem que o nome faz alusão ao tipo de prática aplicada na referida LAMEC e ao seu local de origem. Contudo, sabe-se que culturalmente sua nomenclatura pode variar, podendo também ser chamada como “Cabeçada”, “Derrubada” (ENGELHARD NETO; ABRAHIN; MOCARZEL, 2021), “Luta Marajoara”, “Lambuzada” ou mesmo somente “Agarrada” (ANTUNES; CAMPOS, 2021).

Suas técnicas marciais envolvem práticas de agarres, convergindo a atenção em tentar derrubar o oponente no chão e encostar suas costas na areia ou argila o suficiente para que seja considerado dominado. Nessa perspectiva, Engelhard Neto, Abrahin e Mocarzel (2021) apontam que ocorreu no primeiro semestre de 2020 a criação da Federação Paraense de Luta Marajoara, órgão que busca colaborar com a difusão e organização da modalidade sob a vertente desportivo-competitiva. Por fim, Antunes *et al.* (2021, p. 6) apontam que os próximos passos para difundir a modalidade recai sobre três eixos temáticos e ações de consolidação:

**Quadro 1.** eixos temáticos e ações de consolidação para expansão da Agarrada Marajoara.

EIXO TEMÁTICO	AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO
Esportivização	Organização de associações, liga e/ou federação
	Padronização das regras
	Popularização das regras entre os praticantes, atletas e professores
	Padronização de técnicas, nomenclaturas e execução
	Integração das diferenças regionais
	Formação de árbitros
	Definição e padronização de categorias de peso e idade
	Padronização de modelos de disputas em competições
Escolarização	Seleção de conteúdos relativos à luta que não ofereçam risco para os alunos
	Formação de professores que atuarão na escola
	Capacitação professores de educação física para trabalhar com a modalidade
Tradições	Preservação da constituição multifacetada da luta (religiosidade, folclore, linguagem, alimentação, entre outros)
	Preservação da história através do registro oficial de sua origem e desenvolvimento
	Preservação de termos e nomenclatura das técnicas

Fonte. Antunes *et al.* (2021, p. 6).

Cabe salientar que segundo Lima, Pereira e Rufino (2023), há ainda pouca produção acadêmica sobre a Luta Marajoara no Brasil, tanto a nível de pós-gradual (dissertações e teses) quanto artigos científicos. Segundo os autores, o diagnóstico encontrado ilustra a problemática da invisibilidade da Luta Marajoara no campo da pós-graduação e da pesquisa brasileira, sendo necessário propor formas de se estabelecer reflexões e estudos com base nessa prática corporal fortemente arraigada à cultura brasileira.

## Considerações finais

Retomando o objetivo geral, o presente estudo almejou apresentar e analisar o panorama histórico e as principais representações sociais e culturais de seis LAMEC popularmente tidas como brasileiras, buscando compreender suas principais características, especificidades e traços de identidade e significação. Além desse aspecto, tivemos também como intenção refletir sobre os peculiares aspectos históricos, socioculturais e técnicos de tais modalidades. Para isso elencar seis práticas de LAMEC brasileiras foi fundamental uma vez que possibilitou uma forma efetiva de análise e proposição.

Os resultados advindos das análises das práticas marciais elencadas no presente estudo permitem conferir-lhes de múltiplos sentidos e significados, cujos imbricamentos históricos e sociais se deram por meio de diferentes processos de origens, mas que eventualmente convergiram em possíveis interações e interfaces entre si. Embora mais estudos sejam necessários, é possível compreender que existe um amálgama de representações vinculadas às práticas apresentadas, as quais ora originaram-se de contextos específicos, tais como alguns povos indígenas e/ou originários (ex.: luta marajoara e huka-huka), ora vieram da escravidão com forte influência da cultura africana (ex.: capoeira), ora representaram ao menos inicialmente questões ligadas à defesa pessoal (ex.: combate, jiu jitsu brasileiro), ora originaram-se de outras modalidades por meio de lógicas distintas (ex.: asamco). Tais gêneses possibilitaram inúmeras interlocuções sociais e históricas, as quais precisam ser mais aprofundadas pela literatura pertinente.

Cabe salientar ainda que devido ao amplo processo histórico e cultural de envolvimento de diversas práticas de LAMEC no contexto brasileiro, foi necessário apresentar um recorte de modalidades, pois seria muito auspicioso tentar esgotar o assunto da temática. Nesse encaminhamento, reconhece-se que outras práticas corporais e modalidades poderiam ser arroladas ao rol de modalidades os quais, sugere-se que possam ser contextualizadas em estudos futuros.

Seguindo esse encaminhamento, sugere-se ainda que mais estudos e pesquisas com foco nessas e em outras LAMEC fortemente relacionadas direta ou indiretamente com a cultura brasileira possam ser desenvolvidos. Reconhece-se o momento histórico no qual a valorização de práticas corporais de LAMEC brasileiras pode auxiliar em processos de desenvolvimentos de práticas que outrora ficaram restritas ao processo cultural de grupos específicos. Portanto, apresentar modalidades e práticas enraizadas com a cultura brasileira pode auxiliar professores, pesquisadores e desenvolvedores de políticas públicas a pensar em encaminhamentos que reforcem processos de valorização e disseminação dessas práticas no Brasil, bem como possam contribuir com as análises históricas que permitam entender não apenas suas gêneses e estruturas, mas também o impacto e as interações entre cada uma delas.

Nesse sentido, considera-se que o presente estudo proporcionou maior quantidade de material acadêmico sobre LAMEC que em muitas situações não possuem massivo respaldo bibliográfico e ainda são vistas apenas como conhecimentos tácitos e, em alguns casos, pouco presentes em certos contextos de intervenção, tais como a escola, por exemplo. Além disso, eleva-se também a proposta de valorização da cultura marcial brasileira, já anteriormente pontuada como importante núcleo internacional dos estudos e práticas de LAMEC, todavia, possuidora de poucas pesquisas e materiais acadêmicos sobre suas LAMEC nacionais.

Dessa forma, sugere-se conclusivamente que haja encaminhamentos de propostas que busquem tanto dar mais visibilidade às práticas de LAMEC vinculadas à cultura brasileira, quanto também possam oferecer subsídios para seu processo de ensino e tematização em contextos tais como o campo escolar, por exemplo. Por meio de visibilidade, reconhecimento e processos de tematização, o desenvolvimento

das LAMEC no Brasil pode contribuir, sobremaneira, com o ganho de visibilidade e valorização dessas práticas corporais agora e para o futuro.

## Agradecimento

Este estudo contou com o apoio do Programa de Incentivo à Pesquisa da Universidade de Vassouras (*campus Maricá*).

## Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

## Referências

AHN, J. D.; HONG, S. H.; PARK, Y. K. The historical and cultural identity of Taekwondo as a traditional Korean martial art. **The International Journal of the History of Sport**, v. 26, n. 11, p. 1716-1734, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09523360903132956>. Acesso em: 02 abr 2024.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, P. **Manual de treinamento de iniciantes: parte prática e teórica** (2 ed.). Kombato.Org. 2015.

ALBUQUERQUE, P. **Kombato: uma questão de segurança**. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2001.

AMARAL, C. C. D. A luta livre no Brasil e o marketing esportivo. **REGS Educação, Gestão e Sociedade: Revista da Faculdade Eça de Queirós**, v. 14, n. 1, p. 1-10, 2014. Disponível em: [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170509155857.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509155857.pdf). Acesso em: 02 abr 2024.

ANTUNES, M. M.; CAMPOS, I. S. L. Luta Marajoara: aspectos técnicos, esportivos e pedagógicos. In: ANTUNES, M. M.; MOURA, D. L. (Orgs.). **Dialogando com as lutas, artes marciais e esportes de combate**, p. 67-82. Curitiba: CRV. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24824/978652511065.3>. Acesso em: 02 abr 2024.

ANTUNES, M. M.; CAMPOS, I. S. L.; COSWIG, V. S.; PINHEIRO, C. J. B. Fórum de luta marajoara: a carta de Belém. **Conexões**, v. 19, n. 1, e021042-e021042. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/conex.v19i0.8659390>. Acesso em: 02 abr 2024.

AREIAS, A. **O que é Capoeira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ASAMCO MARTIAL ARTS. Sobre nós. **Asamco Martial Arts**. 2020. Disponível em: <https://asamco.com.br/sobre/>. Acesso em: 29 out 2022.

ASSIS, J. W. P.; PINTO, R. F.; SANTOS, C. A. S. A Agarrada Marajoara como manifestação de identidade da ilha de Marajó, Pará. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, n. 157, 2011. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd157/a-agarrada-marajoara-como-manifestacao-de-identidade-cultural.htm>. Acesso em: 02 abr 2024.

AWI, F. **Filho teu não foge à luta: como os lutadores brasileiros transformaram o MMA em um fenômeno mundial**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

BORGES, O. Ju Jutsu, Ju Jitsu ou Jiu Jitsu? Origens e evolução. **Lecturas: Educación Física y Deportes**. Buenos Aires. n. 156, 2011. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd156/ju-jutsu-ju-jitsu-ou-jiu-jitsu.htm>. Acesso em: 02 abr 2024.

BOWEN, J. **Martial arts: masters & pioneers – especial final edition** (vol. 3). Greenville: Elite, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC/SEF. 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 02 abr 2024.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LUTA LIVRE ESPORTIVA. **Mestre Tatu**. Confederação Brasileira de Luta Livre Esportiva. 2022. Disponível em: <https://www.cblle.com.br/hist-tatu>. Acesso em: 15 nov 2022.

CORREIA, W. R.; FRANCHINI, E. Produção acadêmica em lutas, artes marciais e esportes de combate. **Motriz**, v.

- 16, n. 1, p. 01-09. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n1p01>. Acesso em: 19 jun 2021.
- COSTA, C. E. Artes marciais no Alto Xingu: mito, história e transformações entre guerra e ritual. **Mana**, v. 28, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n1a203>. Acesso em: 30 dez 2022.
- COSTA, C. E. **Ikindenehekugu**: uma etnografia da luta e dos lutadores no Alto Xingu. Tese. Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/233/5805.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 dez 2022.
- DEL VECCHIO, F. B.; FRANCHINI, E. Lutas, Artes Marciais e Esportes de Combate: Possibilidades, Experiências e Abordagens no Currículo da Educação Física. In: SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. (Orgs.). **Formação profissional em Educação Física: estudos e pesquisas**. Rio Claro: Biblioética, 2006.
- ENGELHARD NETO, R. F.; ABRAHIN, R. W. P. R.; MOCARZEL, R. C. S. A federalização da Luta Marajoara. In: MOCARZEL, R. C. S. (Org.). **Lutas/Artes Marciais/ Esportes de Combate em Educação Física**, p. 49-58. Curitiba: Appris. 2021.
- EVARISTO, A. D. P. Lutar para vencer: A inserção de lutas como conteúdo em aulas de educação física escolar. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 95003–95015, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n12-112>. Acesso em: 30 dez 2022.
- FALCÃO, J. L. C. Capoeira. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (Orgs.). **Dicionário crítico de educação física**. 2 ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2010. p. 56-59.
- FERREIRA, H. S. *et al.* Ensino das Lutas e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) In: MOCARZEL, R.C.S. (Org.). **Lutas/Artes Marciais/ Esportes de Combate em Educação Física**, p. 111-126. Curitiba: Appris, 2021.
- FERREIRA, M. B. R. Trajetória e travessias do desenvolvimento humano. **Brazilian Journal of Physical Education and Sport**, v. 21, n. esp., p. 97-114, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092007000500008>. Acesso em: 30 dez 2022.
- FERREIRA, D. **As culturas do jiu-jítsu e a produção de corpos e de masculinidades “cascas-grossas”**. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2016.
- GARCIA, R. A.; SILVA, N. L.; VOTRE, S. J. A luta livre no século XX no Rio de Janeiro. **Movimento**, v. 22, n. 2, p. 379–390. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.56881>. Acesso em: 30 dez 2022.
- GOMES, M. S. P. **Ensino (e aprendizagem) das Lutas**. Curitiba: Editora Appris, 2023.
- GRACIE, H. **Gracie Jiu-jitsu**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- GRACIE, R. **Carlos Gracie: o criador de uma dinastia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- GRACIE, R.; GRACIE, R. **Brazilian Jiu-Jitsu: teoria & prática**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- LIMA, G. A.; PEREIRA, M. P. V. C.; RUFINO, L. G. B. Produção científica sobre a Luta Marajoara no Brasil: um estudo de revisão integrativa e análise do estado da arte. **Revista Eletrônica Esquiseduca**, v. 15, n. 38, p. 344-366, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1431/1218>. Acesso em: 02 abr 2024.
- LOPES, J. C.; NASCIMENTO, P. H. M.; SANTOS, F. O. Discussão do papel das Lutas na Educação Física Escolar – dos PCN à BNCC. In: MOCARZEL, R.C.S. (Org.). **Lutas/Artes Marciais/Esportes de Combate em Educação Física**. Curitiba: Appris, 2021. p. 127-142.
- MENDONÇA, S.; ANTUNES, M. M. Ethos e wude como fundamentação da ética marcial: educação de si mesmo. **Revista de Educação**, v. 6, n. 6, p. 35-52, 2012. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaEducacao/article/view/944/833>. Acesso em: 31 out 2014.
- MIARKA, B.; SILVA, E. C. Modalidade de agarre: Huka-Huka. In: RUFINO, L. G. B.; OLIVEIRA, A. A. B.; RINALDI, I. P. B. (Orgs.). **Fundamentos Pedagógicos do Esporte Educacional – Lutas Volume 2: modalidades de lutas e planos de aula**. Curitiba: CRV, 2022, v. 2, p. 11-57.
- MIRANDA, F. A. O MMA no Brasil: um panorama da modalidade. **Esporte e Sociedade**, v. 20, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/48424/28193>. Acesso em: 17 ago 2012.
- MOCARZEL, R. C. S. (Org.). **Lutas/artes marciais/esportes de combate em educação física**. Curitiba: Appris, 2021.

MOCARZEL, R. C. S. Inclusão de pessoas com deficiência através das lutas e artes marciais. **Revista de Artes Marciales Asiáticas**, v. 11, n. 2, p. 70-82, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18002/rama.v11i2.4177>. Acesso em: 05 mar 2018.

MOCARZEL, R. C. S.; COLUMA, J. F. **Lutas e Artes Marciais: aspectos educacionais, sociais e lúdicos** (2 ed.). OMP, 2020.

MOCARZEL, R. C. S.; QUEIRÓS, P.; LACERDA, T. Uma visão conceitual através dos tempos sobre o universo marcial à luz da ética e estética—o caso do Kung-Fu. **FairPlay, Revista de Filosofia, Ética y Derecho del Deporte**, n. 15, p. 90-115, 2019. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/FairPlay/article/view/375504/468924>. Acesso em 03 fev 2020.

MURAD, M. **Sociologia e educação física: diálogos, linguagens do corpo, esportes**. FGV, 2009.

PAIVA, L.; ALBERTI, A. Traços dermatoglíficos de indígenas do Brasil central e as lutas corporais tradicionais **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 2, n. 2, p. 64-75, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/9360/7200>. Acesso em 08 out 2022.

PAIVA, L.; VARGAS, F. M. F.; JUSTAMAND, M.; MOUSSE, C. Luta corporal indígena: contribuições à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 2, n. 2, p. 55-63, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/9359/7199>. Acesso em 08 out 2022.

PEREIRA, A. S. M.; SOUZA, S. T. B. Lutas corporais indígenas: o estado do conhecimento. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – Rev. Pemo**, v. 3, n. 3, e335779, 2021a. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i3.5779>. Acesso em 08 out 2022.

PEREIRA, A. S. M.; SOUZA, S. T. B. Lutas corporais indígenas: um estudo com professores de Educação Física do município de Fortaleza – CE. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 34-48, 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.51283/rc.v25i3.12153>. Acesso em 08 out 2022.

REGO, W. **Capoeira Angola**; ensaio sócio-etnográfico. Salvador. Itapuã, 1968.

RUFINO, L. G. B. A tematização das lutas nas aulas de Educação Física: uma análise a partir dos avanços e retrocessos da BNCC. **Olhar de Professor**, v. 25, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/OlharProf.v.25.20515.053>. Acesso em 28 set 2023.

RUFINO, L. G. B.; OLIVEIRA, A. A. B. O.; RINALDI, I. B. P. **Fundamentos pedagógicos do esporte educacional – lutas volume 1: aspectos pedagógicos das lutas e as vivências múltiplas em jogos de luta e atividades de oposição dirigida**. Curitiba: CRV, 2022.

SANTOS, C. A. F.; ANDRADE, W. A. G.; DE FREITAS, R. G. “Conheço bem mais uma arte do outro lado do mundo que uma aqui do outro lado do rio”: luta Marajoara e reconhecimento em academias de ginástica. **Kinesis**, v. 39, n. 1, p. 01-15, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2316546464667>. Acesso em 28 set 2023.

SANTOS, C. A. F.; FREITAS, R. G. Luta marajoara e memória: práticas “esquecidas” na educação física escolar em Soure-Marajó. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 16, n. 1, p. 57-67, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.36453/2318-5104.2018.v16.n1.p57>. Acesso em 28 set 2023.

SANTOS, C. A. F.; GOMES, I. C. R.; FREITAS, R. G. Luta Marajoara: lugar ou não lugar no currículo de uma IES pública do estado do Pará. **Motrivivência**, v. 32, n. 61, p. 01-24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e65668>. Acesso em 25 out 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, C. L. *et al.* **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

TUBINO, M. J. G.; TUBINO, F. M.; GARRIDO, F. A. C. **Dicionário Enciclopédico Tubino do Esporte**. Rio de Janeiro: SENAC, 2007.

VALENTE, F. L. A. *et al.* Estudo sobre Huka-Huka: uma luta de matriz indígena brasileira. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 20, n. 1 p. e–28608, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36453/cefe.2022.28608>. Acesso em 16 jul 2023.